



Caderno Virtual de Turismo

E-ISSN: 1677-6976

caderno@ivt-rj.net

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Brasil

Grimm, Isabel Jurema; Cioce Sampaio, Carlos Alberto
Turismo comunitário: possibilidade de adaptação diante das mudanças ambientais e
climáticas
Caderno Virtual de Turismo, vol. 16, núm. 2, abril, 2016, pp. 62-78
Universidade Federal do Rio de Janeiro
Río de Janeiro, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=115448575005>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe , Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto



Turismo comunitário: possibilidade de adaptação diante das mudanças ambientais e climáticas¹

Community tourism: the possibility of facing adaptation to environmental and climate change

Turismo comunitario: posibilidad de adaptación frente a los cambios ambientales y climáticos

<http://dx.doi.org/10.18472/cvt.16n2.2016.1143>

Isabel Jurema Grimm <isabelgrimm@gmail.com>

Universidade Positivo, UP, Brasil.

Carlos Alberto Ciocé Sampaio <carlos.cioce@gmail.com>

Universidade Positivo, UP, Brasil. Universidade Regional de Blumenau, Furb, Brasil.

CRONOLOGIA DO PROCESSO EDITORIAL

Recebimento do artigo: 21-out-2015

Aceite: 21-jul-2016

FORMATO PARA CITAÇÃO DESTE ARTIGO

GRIMM, I. J.; SAMPAIO, C. A. C. Turismo Comunitário: possibilidade de adaptação diante das mudanças ambientais e climáticas. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 62-78, ago. 2016.

¹ Artigo apresentado no XII Seminário Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo – ANPTUR, realizado entre os dias 30 de outubro e 02 de novembro de 2015 na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

REALIZAÇÃO



APOIO INSTITUCIONAL



EDIÇÃO



PATROCÍNIO



RESUMO

As reflexões neste artigo emergem da evidência de que existem povos, grupos e/ou comunidades que resistem à força imperativa e hegemônica do desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico, situação percebida nas comunidades de pescadores do litoral paranaense. Neste artigo pretende-se analisar se o turismo comunitário pode ser uma alternativa que contraponha ao desemprego, exploração ou transformação dos modos de vida tradicionais e como estratégia de adaptação ante as mudanças ambientais e climáticas ocorridas nesses territórios. A metodologia exploratória contou com pesquisa de campo e aplicação de questionário com moradores da região do Parque Nacional do Superagui em Morretes (PR) visando observar suas percepções dos problemas ambientais e climáticos ali desencadeados. Adotam-se como unidade de análise as vilas de Barbados e Barra do Superagui. Os resultados sinalizam que o turismo comunitário pode ser estratégia de diversificação econômica e adaptação das comunidades diante das mudanças ambientais e climáticas que afetam seus meios de subsistência, vez que a atividade ocorre na região, embora em pequena escala e ainda não planejada.

Palavras-chave: Turismo de base comunitária. Desenvolvimento. Mudanças Climáticas.

ABSTRACT

The reflections in this article arise from the evidence that exist people, groups and / or communities that resist to the imperative and hegemonic force of development such as a synonymous of economic growth, a situation perceived in fishing communities on the coast of Paraná. This article aims to analyse whether Community tourism can be an alternative to face or avoid unemployment, exploitation and transformation of traditional ways of life and such as an adaptation strategy to addressing environmental and climate changes in these territories. Exploratory methodology included field research and questioning the residents of the region Superagui National Park in Morretes (PR), in order to observe their perception of environmental and climate problems. It was adopted such a unit of analysis the people of Barbados and Barra do Superagui. The results indicate that community-based tourism can be a strategy of economic diversification and adaptation of communities to environmental and climatic changes affecting their livelihoods, since the activity is carried out in the region, albeit on a small scale and unplanned yet.

Keywords: Community tourism. Development. Climate Changes.

RESUMEN

Las reflexiones en este artículo surgen de la evidencia de que existen personas, grupos y / o comunidades que resisten a la fuerza imperativa y hegemónica del desarrollo como sinónimo de crecimiento económico, una situación percibida en las comunidades pesqueras en la costa del Paraná. Este artículo tiene como objetivo analizar si el turismo comunitario puede ser una alternativa para contrarrestar el desempleo, la explotación y la transformación de las formas tradicionales de vida y como una estrategia de adaptación frente a los cambios ambientales y climáticos en estos territorios. La metodología exploratoria incluyó la investigación de campo y el cuestionamiento a los residentes de la región del Parque Nacional Superagui en Morretes (PR), con el fin de observar su percepción acerca de los problemas ambientales y climáticos. Se adoptó como unidad de análisis los pueblos de Barbados y Barra do Superagui. Los resultados indican que el turismo comunitario puede ser una estrategia de diversificación económica y adaptación de las comunidades frente a los cambios ambientales y climáticos que afectan a sus medios de vida, ya que la actividad se lleva a cabo en la región, aunque en pequeña escala y no planificada todavía.

Palabras claves: Turismo Comunitario. Desarrollo. Cambio Climático.

INTRODUÇÃO

Com objetivo de conseguir matérias-primas e áreas de destinação de resíduos, grupos corporativos infundem um regime de exploração e incorporação de novos territórios (ALIER, 2007), ameaçando a “resiliência local” (p. 79), pois extrapola a forma de apropriação dos recursos naturais pelas comunidades tradicionais e impõem novas formas de relação com a natureza, ou seja, se antes grupos tradicionais faziam uso dos recursos com foco a atender suas necessidades específicas, com a racionalidade econômica dinâmica de exploração, que visa suprir o mercado consumidor crescente e ilimitado (LEFF; ALIER, 2007), essa relação passa por transformações cada vez mais intensas e profundas.

Esse é o caso dos pescadores tradicionais, moradores no entorno ou interior do Parque Nacional (ParNa) do Superagui em Guaraqueçaba (PR), que cada vez mais deverão enfrentar novos desafios relacionados à pesca, pois algumas espécies, em virtude da exploração e das mudanças ambientais e climáticas, já não são encontradas no litoral. Esse fato, junto a pouca ou nenhuma diversidade econômica local, influencia na capacidade adaptativa dessas comunidades ante as mudanças ambientais e climáticas, sendo necessárias novas estratégias de desenvolvimento consideradas sustentáveis para o território.

Entre as atividades econômicas possíveis, o turismo tem se demonstrado como alternativa de desenvolvimento configurando-se na principal ou, muitas vezes, a única fonte de renda de muitos países, regiões ou comunidade (OMT, 2008). O grande desafio está em promover o desenvolvimento por meio da atividade turística de forma sustentável e não somente como sinônimo de crescimento econômico, principalmente quando atinge poucos segmentos ou está restrito a grupos economicamente privilegiados da população.

Nesse contexto, a contribuição do setor turístico para a diversificação econômica nas comunidades, como um dos pilares do desenvolvimento sustentável, encontra na dimensão comunitária possibilidade de impulsionar o desenvolvimento local e regional, oferecendo oportunidade de trabalho e renda, especialmente para mulheres e jovens, contribuindo no combate ao êxodo e oferecendo estratégia de adaptação de baixo carbono, como sugere o desenvolvimento do turismo comunitário, solidário e sustentável – TCSS.

Por essa via, as reflexões neste artigo emergem da evidência de que existem povos, grupos e/ou comunidades que resistem à força imperativa e hegemônica do desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico, e apresentam em seus modos de vida, alternativas ao processo capitalista, que esgota os recursos naturais. Diante do exposto, neste artigo busca-se analisar se o turismo comunitário pode ser uma alternativa que contraponha ao desemprego, exploração ou transformação dos modos de vida tradicionais e como estratégia de adaptação ante as mudanças ambientais e climáticas ocorridas nesses territórios.

A metodologia parte do estudo exploratório e pesquisa de campo, com aplicação de questionário a moradores da região do Parque Nacional do Superagui em Morretes, litoral norte do Paraná, para uma leitura do “olhar” dos moradores sobre os problemas ambientais e climáticos desencadeados no território nos últimos tempos. Adotaram-se como unidade de estudo as vilas de Barbados e Barra do Superagui. Os resultados sinalizam que o turismo comunitário solidário e sustentável pode ser uma estratégia de diversificação econômica e adaptação das comunidades ante as mudanças ambientais e climáticas que afetam seus meios de subsistência, vez que a atividade ocorre na região, embora em pequena escala e ainda não planejada.

Desenvolvimento e mudança ambiental e climática

Padrões de desenvolvimento foram concebidos a partir da relação produção e consumo, e o gênesis da problemática ambiental está justamente no processo de expansão do modo de produção capitalista, dos padrões tecnológicos que visam maximizar os ganhos em curto prazo gerando efeitos econômicos, ecológicos e culturais desiguais na sociedade – o que serve para um não serve para o outro (LEFF, 1994; FOLADORI, 2001). Contudo, Foladori (2001) destaca, apesar das relações capitalistas pressionarem mais fortemente a destruição do meio ambiente, que não quer dizer que não haja outras pressões em outras formas de economia e produção que resultem o mesmo efeito. Para Sampaio (2012), o senso comum do desenvolvimento que se convencionou chamar de “bom desenvolvimento”, atrelado ao utilitarismo, favoreceu o desencadeamento de crises de valores, conceitos e projetos, da qual a crise ambiental é uma das maiores expressões.

Nesse debate, o turismo como atividade econômica se desenvolve no âmbito do capitalismo. A magnitude atual e a expansão do setor como atividade global são relativamente recentes, que ocorreu notadamente após a Segunda Grande Guerra, e caracteriza-se, atualmente, pelo elevado número de deslocamentos de pessoas por motivação não apenas de lazer, mas de negócio, estudo, profissional, religioso, saúde, entre outros. Essa realidade, promovida, em especial, pelo avanço tecnológico nas áreas de transportes e comunicação, favoreceu o estabelecimento de uma oferta diversificada, que permite atrair uma demanda segundo seus interesses e necessidades específicas.

Como as demais atividades econômicas, o turismo contribui para a geração de trabalho e renda, preservação do meio ambiente, fortalecimento da cultura, mas, também é gerador de problemas ambientais decorrentes do seu mau planejamento.

Apesar de seu franco desenvolvimento, nas últimas décadas do século XX, o modelo turístico baseado no consumo de “massa” começou a dar sinais de esgotamento. A “indústria sem chaminés” demonstrou que poderia ser tão poluente ou destruidora quanto qualquer fábrica. E o estímulo à especulação imobiliária, aumento do custo de vida, destruição de ecossistemas para a construção de grandes empreendimentos hoteleiros, estímulo às migrações e superpopulação foram apenas alguns dos inúmeros fatores que transformaram a vida de pequenos lugarejos (FERREIRA; CARNEIRO, 2005). Acrescenta-se a esses fatores a contribuição do turismo para a emissão dos gases de efeito estufa, cuja demanda mundial do turismo, em especial as viagens aéreas, tem colaborado para o aquecimento global.

Dessa forma, o turismo que vem sendo discutido, ora como atividade econômica, ora como atividade econômica socioambiental, tem originado impactos diversos sobre o meio ambiente, contribuindo com parte importante de emissões de gases de efeito estufa, tendo em vista sua logística (transporte de passageiros) e infraestrutura (alojamento) (SIMPSON *et al.*, 2008; MORENO, 2010; RIBOT, 2011; GRIMM *et al.*, 2013; 2016).

Embora o turismo se apresente sensível aos eventos do clima e suas variações, até recentemente, tanto o setor como a comunidade acadêmica, pouco haviam pesquisado quer sobre os impactos das alterações climáticas na atividade turística quer, inversamente, sobre o peso que o turismo e atividades com ele relacionadas têm surtido nas mudanças ambientais globais (SCOTT *et al.*, 2009).

Diante dessa realidade, a Organização Mundial do Turismo (OMT) vem fortalecendo o debate sobre mudanças climáticas globais, o que reflete a preocupação que o tema traz para o setor turístico, para os

próprios turistas e para as economias que se apoiam no gasto derivado, tendo em vista que os efeitos da mudança do clima poderão afetar o conjunto do sistema turístico (Sistur): oferta, demanda, espaço geográfico turístico e agentes. Tudo isso repercutirá na necessidade de estratégias para o fomento de sistemas menos poluentes, de planos de mobilidade sustentáveis nos destinos, estímulo às viagens de lazer e férias mais próximas da residência, implantação de sistema de energia renovável e sistemas de gestão.

Adaptação das comunidades tradicionais ante os eventos ambientais e climáticos

Apesar de sua importância, até recentemente, o tema da adaptação às mudanças climáticas foi tratado de forma marginal em círculos acadêmicos, políticos e no discurso geral sobre a mudança do clima. Muitos acreditavam que investir recursos e esforços na direção da adaptação aos impactos da mudança climática induzida por atividades humanas poderia desviar o “foco principal” de resposta ao problema, historicamente definido em termos da mitigação das causas, ou seja, emissões crescentes de GEE. Outros, mais céticos, acreditavam que as adaptações necessárias aconteceriam de forma automática, natural, uma vez que as mudanças ambientais se tornassem visíveis.

Tal pensamento, apesar de ter alguma validade e comprovação empírica, ignora as crescentes desigualdades presentes no mundo atual em termos de recursos, capacidade e responsabilidade sobre as causas e consequências do aquecimento global (ADGER *et al.*, 2006). Também ignora a dependência de diversas sociedades, de forma específica as tradicionais, em relação a vários recursos naturais e serviços ecossistêmicos que poderão ser extintos ou danificados em consequência da mudança ambiental global (DIEGUES, 1993), incluindo a climática.

A redução da vulnerabilidade, como problema socioeconômico e ambiental, e a mudança climática como adicional aos problemas existentes, não podem ser relegadas a segundo plano, como se tudo dependesse do acaso (ADGER *et al.*, 2009). A adaptação às mudanças climáticas não demanda uma agenda exótica de ações nunca antes tentadas. A maioria das medidas, como obras de saneamento ambiental, remoção de pessoas de áreas de risco e melhor tecnologia para a agricultura, deveria ser realizada mesmo se a transformação no clima não estivesse ocorrendo.

Em relação às populações existentes no entorno imediato do ParNa do Superagui e ainda dentro dele dedicam-se quase que exclusivamente à pesca, sendo que apenas uns poucos continuam plantando mandioca, banana e milho. A organização econômica dessas comunidades, fundada na pesca e/ou lavoura, é desenvolvida em moldes tradicionais, alternando-se conforme a época, sendo, tanto uma como outra atividade, exploradas a partir das especificidades do ambiente, mediante tecnologia rústica ou artesanal. O produto obtido da pesca depende muito da localização geográfica da comunidade, a qual não costuma se afastar do local em que habita para desempenhar suas atividades (CUNHA; ROUGELLE, 1989; FARACO, 2012).

Apesar dessas comunidades pouco contribuírem para o aquecimento global, os efeitos adversos do fenômeno são percebidos localmente, afetando principalmente seus modos de subsistência. Apresentam-se mais suscetíveis às mudanças ambientais e aos eventos climáticos por habitarem áreas de maior risco em situações de seca, enchentes, tempestades e deslizamentos, fenômenos que têm se tornado cada vez mais frequentes. Dispondo de poucos recursos, ficam à mercê da ajuda do poder público quando os problemas ocorrem. Essa situação exige acesso a alternativas econômicas capazes de gerar trabalho e renda local sem, contudo, acarretar impactos ambientais nesta que é uma área protegida legalmente.

Este cenário deve considerar alternativas de enfrentamento dos impactos que garantam redução na vulnerabilidade² e façam parte da agenda governamental de todos os países, onde as ações e estratégias de adaptação sejam tratadas como processo contínuo e não como uma ação isolada, única, que se finaliza em si mesma (OBERMAIER; ROSA, 2012). A capacidade adaptativa dos grupos vulneráveis depende do tipo de perigo³ a ser experimentado (MARTINS; FERREIRA, 2010), cuja ação de enfrentamento deve ser uma medida permanente, e não algo que se resolve agora, sobre um determinado problema climático que afeta uma população e, depois, no ano seguinte, se avalia o que pode ser melhorado caso o problema volte a surgir. Capacidades adaptativas não necessariamente são limitadas a renda, ela inclui falta de acesso, conhecimento, políticas agrícolas, exclusão social e outros fatores (OBERMAIER; ROSA, 2012).

Comunidades tradicionais podem desempenhar importante papel para a minimização dos efeitos das mudanças ambientais e climáticas (IPCC, 2013). No Brasil, por exemplo, há acordos para a conservação de áreas naturais que envolvem comunidades locais para garantir o fornecimento de serviços ecossistêmicos, bem como iniciativas que mobilizam comunidades para discutir as mudanças climáticas e seus impactos sobre os territórios tradicionais. Trata-se de um tipo de iniciativa que representa diversos benefícios, como a manutenção dos recursos e o aumento da renda dos povos tradicionais.

Da mesma forma, essas comunidades, por meio do desenvolvimento do turismo comunitário, solidário e sustentável, podem contribuir com seus modos de vida – principal atrativo turístico –, na busca de alternativas sustentáveis para atividades socioprodutivas, sobretudo quando essas atividades podem conter componentes de risco ambiental. Essa modalidade de turismo tem contribuído também para a adaptação das comunidades ante a vulnerabilidade de seus territórios às mudanças ambientais, em perspectiva de diversificação socioeconômica e conservação da biodiversidade, tanto ou mais quanto a tímida e ainda pouca definida política de crédito de carbono (GRIMM *et al.*, 2013).

Turismo, estratégia de adaptação socioeconômica a partir dos modos de vida tradicionais

O turismo com o significado comunitário, solidário e sustentável (TCSS) sugere alteridade entre modos de vida. Comunidades que conservam modos de vida tradicionais podem contribuir para melhor se compreender que bem viver não é necessariamente sinônimo de alto padrão de consumo, como que fosse possível comprar felicidade. Comunidades não urbanas podem servir de laboratórios do bem viver, para que residentes e partícipes de modos de vida urbanizados, que por mais que tenham suas unidades familiares bem equipadas, ainda, assim, sentem necessidade de preencher o esvaziamento imaterial provocado por uma sociedade de consumo (SAMPAIO *et al.*, 2014).

O turismo comunitário, solidário e sustentável pode proporcionar a todos os agentes envolvidos nas comunidades, melhoria do nível e qualidade de vida, prosperidade dos microempreendimentos e diversificação econômica fortalecendo a capacidade adaptativa das comunidades ante os eventos extremos que possam ocasionar prejuízos a suas atividades econômicas tradicionais e, consequentemente, desenvolvimento de seus territórios (GRIMM, 2016).

² Vulnerabilidade é definida por Marandola et al. (2014, p. 147) como a capacidade de resposta que um indivíduo ou grupo social possui para responder ao perigo, dada pelas condições sociais, econômicas, geográficas, etc. que possuem.

³ Para Marandola et al. (2014), existe uma variedade de termos que se associam, contudo, sem comportar precisão conceitual: “riscos, perigos, insegurança, incerteza, ameaça, fragilidade, suscetibilidade (p. 47)”. O risco é “a probabilidade de ocorrência do perigo (não apenas em sentido matemático, mas no sentido da ameaça que carrega, do espectro da insegurança e de seu potencial gerencial), e o perigo como o substantivo, o evento em si”.

A capacidade que as comunidades tradicionais possuem de se relacionar com um meio ecológico complexo, identificando, por exemplo, as diferenciações na fauna e na flora, as diversas espécies existentes, suas formas de vida e funções, pode ser considerada prova do patrimônio cultural, graças a um saber prático que valoriza e preserva os ecossistemas e que muitas vezes é visto como práticas improdutivas pelas sociedades modernas (CASTRO, 2000, p. 166).

Esses modos de vida, produção e conhecimento caracterizam-se como principal atrativo do TCSS, pois são as formas de viver simples que se tornam referência, marco de identidade, de projeto de desenvolvimento e potencializam-se como atrativo dessa forma de turismo distanciando-se da espetacularização, rompendo com a lógica urbana, individual e materialista.

Para Lima (2011), a diversidade encontrada na modalidade considera os potenciais presentes no meio rural e no meio urbano, envolve povos tradicionais e grupos sociais constituídos a partir de “processos socioeconômicos excludentes, como os habitantes de favelas, reconhece as práticas artesanais, assim como as empresariais; enfim, trata-se de um universo com ampla riqueza” (p. 06).

Nessa lógica, Hiwasaki (2006) sugere que esse modelo de turismo se manifeste em quatro propostas a saber: (a) participação da comunidade no planejamento e gestão do turismo; (b) conservação dos recursos naturais e culturais; (c) geração de benefícios econômicos e sociais para a comunidade local e (d) assegure ao visitante uma experiência de qualidade, comprometida com a responsabilidade social e ambiental.

Muitas são as experiências de TCSS, que valorizam práticas culturais e favorecem a distribuição dos benefícios econômicos entre todos os envolvidos. A pesca, agricultura, artesanato, culinária, dança, festas e toda forma de vida diária que comporta fazeres e saberes próprios dessas comunidades se constitui em atrativo turístico e é isso que o visitante deseja conhecer. Contudo, o turismo deve ser sempre uma atividade econômica secundária, complementar, não devendo substituir as formas tradicionais de produção.

Por fim, diante da possibilidade de as comunidades inseridas em áreas de risco possuírem menor capacidade adaptativa, o TCSS pode configurar-se como estratégia de geração de trabalho e renda, fazendo frente às necessidades de diversificação econômica e que promova a capacidade adaptativa em locais onde as atividades produtivas tradicionais podem ser afetadas pelas mudanças ambientais e climáticas.

DO MÉTODO DE PESQUISA

Material e instrumentos

O estudo foi realizado a partir da análise bibliográfica e documental que dispunham dados relativos à atividade turística e sua interação com as mudanças climáticas. Nesse ponto, algumas lacunas impediram a fluência da pesquisa uma vez que a revisão bibliográfica nesse campo mostra-se escassa, tendo em vista a inovação do tema.

Para o trabalho de campo, a coleta de dados contou com a colaboração dos moradores das comunidades de Barra do Superagui e Barbados, litoral norte do Paraná. Essa etapa foi realizada em janeiro e fevereiro de 2014, visando à percepção do morador local sobre a frequência e intensidade dos impactos de diversas ameaças ambientais e climáticas sobre seus modos de vida, bens e meio ambiente. Foram realizadas 20 entrevistas. Utilizando técnicas amostrais na aplicação do questionário, abordou-se o morador

local com idade compreendida entre 18 e 80 anos, permitindo uma baliza temporal mais ampla. Aplicou-se o questionário com perguntas abertas e fechadas para posterior confronto e validação das afirmações.

O critério considerado na escolha das vilas foi a ocorrência da atividade turística na área de estudo, para fornecer uma gradiente maior de informações sobre como se desenvolve e qual a importância do setor para a região. Destaca-se que a vila de Barbados encontra-se inserida no interior do parque e Barra do Superagui em seu entorno. A gestora da unidade também foi consultada e colaborou na coleta de dados.

As entrevistas foram conduzidas, em geral, na casa dos moradores, junto à praia, em seus lugares de trabalho ou onde era possível abordá-lo. A entrevista era precedida por um tempo variável de conversa, onde era incluída a explicação sobre os objetivos da pesquisa e sobre como e onde os dados seriam utilizados. Garantia-se o anonimato. A partir dessa explicação, obtinha-se um consentimento informal por parte do entrevistado para a realização da entrevista e uso dos dados.

Contexto de análise: o Parque Nacional do Superagui

Localizado no município de Guariqueçaba, no estado do Paraná, o Parque Nacional do Superagui (Figura 1) foi criado em 1989. Inserido na Área de Proteção Ambiental (APA) de Guariqueçaba, foi declarado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) em 1991, como Reserva da Biosfera e, em 1999, declarado como Patrimônio Natural, por ser considerado um dos ecossistemas costeiros mais notáveis do planeta, e por deter uma das maiores áreas florestais de cobertura do estado do Paraná (ICMBIO, 2012). Ampliado em 1997, passa a incluir em seus limites as comunidades de Barbados, Canudal, Vila Fátima, Ararapira, Abacateiro, Barra do Ararapira, Rio dos Patos e famílias isoladas da Praia Deserta.

O decreto de criação da unidade não incluía em seus limites nenhuma comunidade tradicional local. Essa ampliação com inclusão das comunidades deu início a uma série de situações conflituosas, cuja falta de regulamentação das normas de uso e ocupação do solo implicou na proibição generalizada das ações dentro da área do Parque, gerando conflitos sociais, culturais, econômicos e ambientais.



Figura 1 – Limites do ParNa de Superagui, com destaque para as Vilas de Barbados e Barra do Superagui.

Fonte: Adaptado do Google, 2014.

A comunidade de Barbados situa-se na Ilha de Superagui, na margem leste da baía de Pinheiros, dentro dos limites do ParNa Superagui, município de Guaraqueçaba. Possui 69 pessoas, 19 famílias, com acesso somente a barco, com modo de produção predominantemente voltado à pesca. A Vila de Barra do Superagui é a maior vila da ilha, com 179 domicílios e 580 moradores. O fato de os turistas poderem vivenciar um pouco a tranquilidade e a beleza natural dessa ilha tem levado pessoas de diversas partes do Brasil até Superagui. Algumas pousadas, que pertencem aos próprios moradores, oferecem o mínimo de conforto aos turistas. Famílias que dependem da pesca estão se adaptando para receber turistas de temporada em suas casas, onde um espaço arborizado à beira-mar transforma-se em área de camping.

Diante das dificuldades socioeconômicas e geográficas enfrentadas na região, faz-se necessário pensar em alternativas econômicas, ofertando à população local (continente e ilhas) oportunidade de trabalho e renda, continuidade das atividades produtivas tradicionais, preservação do patrimônio cultural e natural, mas também condições e estratégias de adaptação diante das mudanças ambientais e climáticas ocorridas no território.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Superagui: mudanças ambientais e riscos a partir do olhar dos moradores

Comunidades tradicionais – que costumam habitar áreas mais vulneráveis às mudanças ambientais e climáticas – detêm conhecimento e identificam com minúcia cada detalhe que constitui e afeta diretamente suas vidas. Percebem mudanças no clima, na produtividade agrícola, diminuição do número de espécies pescadas, enfim, tudo aquilo que afeta o meio ambiente ou a vida cotidiana. Percebem os riscos ambientais seja ele natural, resultado de um longo processo de transformações, ou produzido pelo homem (GIDDENS, 2007), pois vivem em contato direto e permanente com a natureza e detêm sobre o ambiente um profundo conhecimento. Portanto, é de fundamental importância conhecer o que pensam e observam sobre o ambiente, pois identificando os saberes das comunidades que habitam no interior ou entorno das Unidades de Conservação, é possível a realização de um trabalho preventivo de base local, partindo da realidade dos atores sociais, sujeitos da pesquisa em percepção ambiental (DIEGUES, 2004).

Ao questionar-se sobre o que é a mudança climática, 75% dos entrevistados alegam ter ouvido falar sobre o tema e o relacionam com as estações do ano, 25% nunca ouviram falar e não sabem o que isso significa. Acerca das prováveis causas das mudanças do clima, 40% dos moradores apontam a natureza como responsável, ou seja, como um processo natural que vem ocorrendo ao longo da história do planeta e outros 45% acreditam que as atividades humanas interferem no meio e aceleram as mudanças do clima.

Os que afirmaram conhecer sobre as mudanças climáticas não fazem distinção entre causas e consequências desse fenômeno:

A mudança climática está relacionada à ganância humana, ao uso abusivo da natureza, o homem destrói tudo e com isso o clima está mudando e todos são prejudicados.

Às vezes dá dois ou três tipos de tempo em um só dia. Antes tinha o tempo certo para cada coisa, agora não se consegue mais saber sobre o tempo.

É o aquecimento do planeta devido à destruição da natureza, a queima de combustíveis fósseis, tudo isso afeta o clima provocando secas, tempestades.

(Moradores locais).

Os moradores identificam as mudanças no clima da região, onde se tem invernos e verões mais quentes e chuvosos, e as mudanças na temperatura acontecem rapidamente, ocorrendo grandes variações em curto espaço de tempo. A mudança no ambiente, realçam os moradores, tem alterado a frequência e intensidade das chuvas e, consequentemente, das marés, interferindo na pesca e na lavoura.

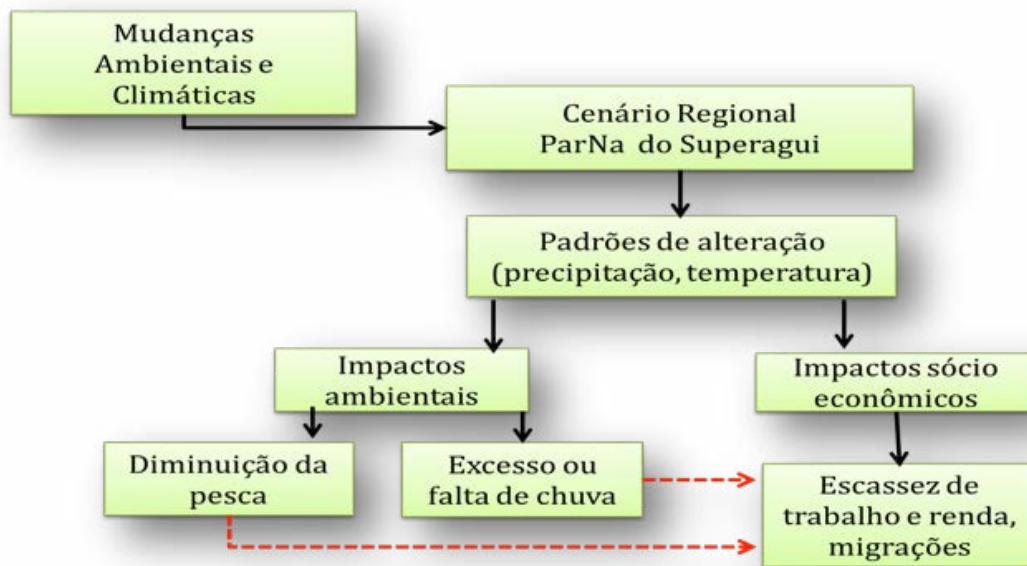


Figura 2 – Encadeamento dos eventos percebidos pelos moradores, decorrentes das mudanças ambientais e climáticas.

Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

Entre os impactos ambientais e climáticos ocorridos no território são apontadas as mudanças na estação da colheita e da pesca, aumento na temperatura, falta de água, seca, invernos mais rigorosos, chuvas mais frequentes e intensas, aumento do nível do mar que também está mais revolto, deslizamentos, enxurradas, desaparecimento de mangues e ventos fortes provocando queda de árvores. Entre os impactos sociais e econômicos que podem ser apontados como consequências dessas mudanças são destacadas a escassez de trabalho e, consequentemente, diminuição da renda das famílias e a migração para centros urbanos, principalmente entre os jovens que partem em busca de melhores oportunidades.

No processo de perceber as mudanças ambientais e climáticas e, na avaliação dos riscos, os moradores não consideram somente a probabilidade mensurável de ocorrência, mas a gravidade de perigos e extensão de seus efeitos. Ou seja, avaliam o tamanho das perdas a partir dos danos e dos efeitos que essas mudanças ocasionam no meio ambiente, patrimônio e nos alicerces que sustentam suas vidas e de sua comunidade.

Como um fenômeno que atinge indistintamente todas as regiões globais, a mudança climática tem apresentado alguns riscos, em especial em comunidades mais vulneráveis. Buscando identificar cenários projetados no imaginário dos moradores das comunidades em relação ao clima, e se existem “riscos” ou “perigos” (Figura 3), que possam afetar as comunidades, identificou-se:

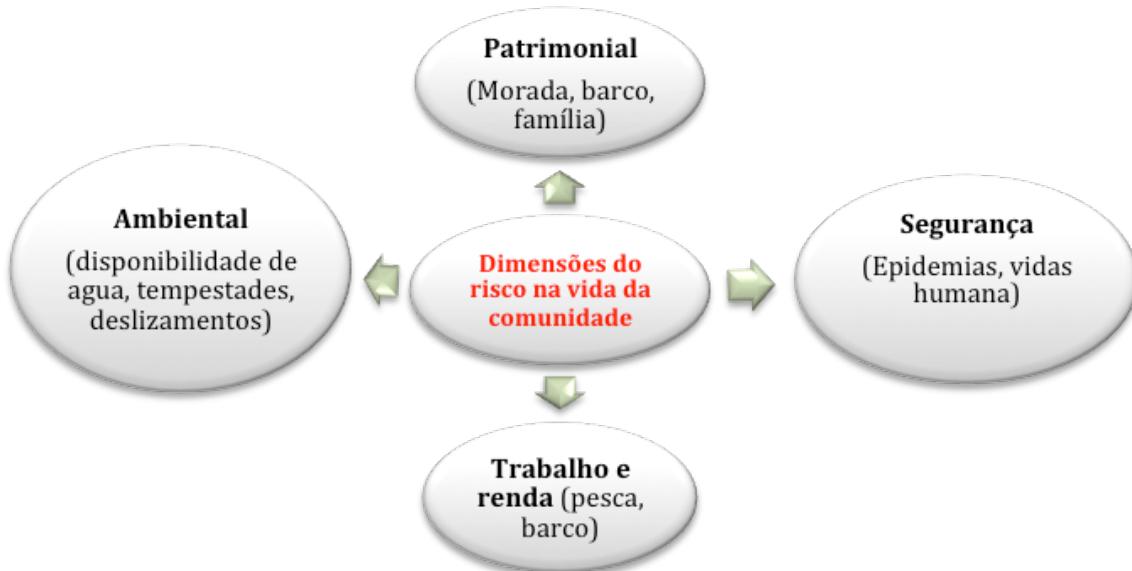


Figura 3 – Dimensões do risco na vida comunitária na região do ParNa do Superagui, de acordo com moradores.

Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

Os moradores, em sua maioria pescadores, identificam na pesca (principal meio de subsistência das comunidades) o setor que mais poderá ser afetado no futuro caso se intensifiquem as mudanças ambientais e do clima. Se junta a esse cenário a falta de estrutura das comunidades e do amparo estatal, caso ocorra um desastre ambiental nessa área, onde modos de vida tradicionais podem também estar em “risco” nas comunidades.

Sobre a capacidade adaptativa, essas populações dispõem de menos recursos para reestruturarem-se quando os problemas de ordem ambiental acontecem, ficando à mercê do atendimento do poder público. No caso das comunidades tradicionais que sobrevivem do extrativismo, agricultura de subsistência e da pesca, possuem dificuldades para se recuperarem após fenômenos climáticos extremos que possam afetar o território onde vivem.

Faraco (2012), analisando 213 domicílios, distribuídos em nove vilas, na região do Superagui, apontou que a vulnerabilidade nessas comunidades varia entre as vilas e domicílios, e as diferenças são determinadas principalmente pelo nível de dependência em relação à pesca, pelo capital físico e grau de participação dos moradores em organizações comunitárias. De acordo com o autor, as estratégias de diversificação que incluem atividades fora da pesca (sugere-se aqui o turismo comunitário, solidário e sustentável) são as que mais se relacionam com um aumento e uma atenuação da variação da renda e, assim, resultariam em maior capacidade adaptativa e maior eficácia na redução da vulnerabilidade (p. 145).

Tomando o turismo comunitário solidário e sustentável como possível estratégia de diversificação da economia local e como forma de contrapor a falta de trabalho e renda que se apresenta nas comunidades, questionou-se sobre o desejo dos moradores de desenvolverem a atividade localmente. Em resposta, 8% dos entrevistados consideram a atividade conflitante ao ponto de constituir-se “problema” em algumas comunidades. Entretanto, a maioria dos entrevistados afirma que é necessário estimular o turismo na

região, pois muitos moradores (comerciantes, artesãos, pescadores, donos de pousadas e restaurantes) dependem dos visitantes para movimentar a economia, pois são os turistas que consomem produtos e usam os serviços ofertados localmente.

Contudo, antecipar as mudanças que podem acontecer no território é tarefa difícil, dada a complexidade das interações sociedade\ambiente que podem ocorrer, e as fragilidades das comunidades tradicionais pesqueiras diante dos requerimentos da modernidade.

O turismo como medida adaptativa na região do Parque Nacional do Superagui

Nas comunidades investigadas o turismo vem ocorrendo, e apesar de ainda não contarem com projetos que visem ao desenvolvimento planejado da atividade, o Plano de Manejo do parque, que se encontra em fase de estruturação, destaca em seu texto a oferta e potencialidades turísticas do entorno imediato e interior da unidade, e apresenta uma proposta de uso público e de turismo. Consta entre outras a estruturação e organização de centro de visitantes em pontos estratégicos da região, projeto de sinalização turística e interpretação ambiental, construção de trapiches, organização comunitária, obtenção de equipamentos para o desenvolvimento de atividades ecoturísticas, organização de uma central de reservas e sistema de monitoramento.

Considerando-se que essas comunidades possuem menor capacidade adaptativa (Faraco, 2012), dependem intensamente dos recursos protegidos, e mesmo que as atividades existentes hoje não sejam adequadas, as atividades extrativistas em pequena escala podem ser feitas de forma compatível com a manutenção dos ecossistemas. Portanto, as ações de gestão devem ser voltadas para atividades sustentáveis.

Pode-se pensar que a criação de organizações comunitárias seja fator capaz de fortalecer e empoderar a comunidade local para que de forma cooperativa possa desenvolver e gerir a atividade turística tornando-se protagonista do desenvolvimento do seu território. Para Faraco (2012, p. 200), “o maior nível de participação em organizações comunitárias observado entre as populações com menor capacidade adaptativa indica um potencial para a expansão dos espaços de participação” e sendo previsto no Plano de Manejo, abre espaço para inserção dessas comunidades aumentando sua capacidade de decisão e de influir nas normas de uso da unidade.

Estão previstas ainda pelo Plano de Manejo, as atividades de lazer de praia (caminhadas, banhos de sol e mar, etc.), trilhas interpretativas, históricas e de contemplação da biodiversidade local, mirantes, fotografia, aproveitamento de cursos de água e cachoeiras para banho, passeios de barco com possibilidade de observação de animais, visitação a locais históricos, igrejas, ruínas, sambaquis, casa da cultura do fandango, farinheira, cicloturismo e canoagem.

No local pode ser apreciada a cataia (bebida conhecida como a cachaça caiçara), também usada para fins medicinais. Para os gestores do parque, a extração da cataia (planta) pode vir a ser objeto de acordos com as populações, desde que em pequena escala e restrita às comunidades que moram no parque ou em seu entorno imediato, e que dependem de determinado recurso de dentro da UC para sua subsistência.

No TCSS, modos de vida tradicionais são importantes atrativos. Nas comunidades do Superagui a vida diária pode ser um indicativo de desenvolvimento do turismo, ou seja, os visitantes podem encontrar nos saberes e fazeres dos moradores formas de lazer e conhecimento, pois os turistas são convidados a fazerem parte da rotina diária e a vivenciarem os modos de vida das comunidades (Quadro 1).

Quadro 1 – Vivências que podem atrair a demanda do turismo.

VIVÊNCIAS	COMUNIDADES
Cultivo de Ostras	Vila das Peças, Barbados e Vila Fátima.
Pesca Artesanal	Bertioga, Tibicanga, Barra do Superagui e do Ararapira, Barbados, Vila Fátima.
Fandango	Abacateiro, Barbados.
Produção de Farinha Artesanal	Barra do Superagui, Barbados, Vila Fátima.
Contos, Lendas e Histórias.	Diversas comunidades. Deve ser feito levantamento das possibilidades.
Artesanato de Cipó Imbé	Barbados. Deve ser feito levantamento das possibilidades.
Produção de Ervas Medicinais	Barbados. Deve ser feito levantamento das possibilidades.

Fonte: Adaptado da Associação de Moradores de Barbados (2012), VIVEKANANDA, 2014.

As comunidades analisadas, como a maioria das populações pesqueiras residentes em áreas baixas e próximas ao mar, dispõem de embarcações pequenas e pouco equipadas, estando mais expostas aos eventos decorrentes das mudanças ambientais e climáticas, principalmente pela elevação do nível do mar e aumento na intensidade e frequência de tempestades. Esses fenômenos podem trazer riscos ao seu patrimônio e infraestruturas associadas à pesca (embarcações, abrigos, pontos de desembarque, locais de estocagem), como no aumento dos riscos associados ao próprio trabalho no mar. Portanto, pensar alternativas econômicas que garantam sua permanência e sobrevivência diante dos riscos climáticos e ambientais pode ser uma estratégia a partir do desenvolvimento do turismo comunitário, solidário e sustentável tendo em vista principalmente o fato de a atividade estar ocorrendo nesse território.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Comunidades de pescadores artesanais, mesmo expostos a inúmeros fatores adversos, persistem como grupo social, buscam assegurar sua reprodução por meio dos modos de produção tradicionais desenvolvidos em um espaço de interação sociedade e natureza. Mais vulneráveis no aspecto social, econômico e ambiental, pois mantêm relação intensa com o meio ambiente natural, dependendo deste para sua sobrevivência e manutenção das suas representações sociais.

Essas populações, em muitos casos, vislumbram diversas oportunidades possíveis proporcionadas pelo desenvolvimento do turismo, sobretudo com a oferta de trabalho e renda. Tornam-se núcleos receptores de turistas, surgindo, assim, os destinos preferenciais do turismo comunitário, solidário e sustentável.

Tal atividade possui enfoque pedagógico quando potencializa a história ambiental, contada pelos próprios habitantes do lugar, diante da importância que a mídia vem dando às mudanças do clima. Ainda que se considere que as populações locais vivem em unidades de conservação de proteção integral, também oportuniza perspectiva educativa quanto a modos e usos de apropriação de recursos naturais comunitários, fazendo um contraponto ao individualismo materialista. Sob tal perspectiva, além de pensar em estratégias adaptativas, traz ao diálogo a vertente mitigadora das mudanças climáticas.

Portanto, para que o turismo sob a perspectiva comunitária, solidária e sustentável possa trazer benefícios para a região do Superagui, o caminho pode estar na organização, mobilização e engajamento dos atores sociais dessas localidades, em busca dos seus direitos enquanto cidadãos de forma participativa, colaborativa, cooperativada e articulada politicamente. Ou seja, as ações locais desenvolvidas por estes poderão, processualmente, ir ampliando o raio de interesses respondendo aos anseios e necessidades de todas as comunidades. Desse modo, o turismo pode ser uma atividade a se desenvolver sustentavelmente, se a população assim desejar, pois são eles que aí residem e que mantêm com o território uma relação cotidiana de dependência e sobrevivência material e simbólica.

Enfim, a atividade pode ser estratégia de desenvolvimento territorial sustentável, cujo significado remete ao desenvolvimento que se sustenta economicamente, que seja socialmente includente e ecologicamente correto. Destaca-se que o Plano de Manejo, que se encontra em fase de estruturação, traz em seu conteúdo iniciativas que podem incentivar o turismo e motivar a comunidade para que participe dessa atividade. Entretanto, deve ser avaliado o “quanto” a população quer participar e “como” ela quer fazer isso. Porquanto se avalia o turismo como atividade econômica, geradora de trabalho e renda, que deve incorporar em seu planejamento e gestão uma visão complexa e sistêmica, na qual considere a relação sociedade e meio ambiente como indissociável, assim como a discussão em torno das mudanças climáticas vem suscitando.

REFERÊNCIAS

- ADGER, W. N. Vulnerability. *Global Environmental Change*, n.16, 2006, p. 268-281.
- ADGER, W. N. et al. Are there social limits to adaptation to climate change? *Climatic Change*, v. 93, 2009, p. 335-54.
- ALIER, J. M. O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração. São Paulo: Contexto, 2007.
- BECK, U. La sociedad del riesgo: Hacia una nueva modernidad. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, 2006.
- CASTRO, E. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. In: DIEGUES, A. C. (Org.). Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. 2. ed. São Paulo: Anablume, 2000.
- CUNHA, L. H. O.; ROUGELLE, M. D. Comunidades Litorâneas e Unidades de Proteção Ambiental: convivência e conflitos; o caso de Guaraqueçaba (Paraná). São Paulo: USP. Estudo de Caso n. 2. 1989.
- DIEGUES, A. C. Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar. São Paulo, Ática, 1983.
- _____. O mito moderno da natureza intocada. 4. ed. São Paulo: HUCITEC: NUPAUB: USP, 2004.
- GIDDENS, A. As consequências da modernidade. São Paulo: Editora da Unesp, 1991.
- _____. Mundo em descontrole: o que a globalização está fazendo de nós. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

FARACO, L. F. D. Vulnerabilidade de pescadores paranaenses às mudanças climáticas e os fatores que influenciam. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento. Universidade Federal do Paraná, 2012, 26op.

FERREIRA, H. C. H.; CARNEIRO, M. J. Conservação ambiental, turismo e população local. Cadernos Ebape – BR. Edição temática 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cebape/v3n3/v3n3a04.pdf>>. Acesso em: 09 dez. 2014.

FOLADORI, G. Limites do desenvolvimento sustentável. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

GRIMM, I. J. et al. Mudanças climáticas e o Turismo: desafios e possibilidades. Revista Brasileira de Climatologia, ano 8, v.11, jul./dez. 2013.

_____. Mudanças climáticas e turismo: estratégias de adaptação e mitigação. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento – Made. Universidade Federal do Paraná, 2016, 247p.

HIWASAKI, L. Community-based tourism: A pathway to sustainability for Japan's protected areas. Society and Natural Resources, v. 19, p.133-143, 2006.

ICMBIO – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Edital de Licitação na modalidade Tomada de Preços, n. 001/2012. Anexo I.1. Brasília, DF, 01 fev. 2012. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/servicos/licitacoes/editais.html?template=tmpl_icmbio_claro>. Acesso em: 20 nov. 2014.

IPCC – Painel Intergovernamental para as Mudanças Climáticas. Summary Policymakers, 2013. Disponível em: <<http://www.climatechange2013.org/>>. Acesso em: 24 jun. 2014.

LEEF, E. Interdisciplinariedad y ambiente: bases conceptuales para el manejo sustentable de los recursos. In: Ecología y capital. Racionalidad ambiental, democracia participativa y desarrollo sustentable. México: siglo XXI, 1994, p. 68 -123.

_____. Epistemología Ambiental. São Paulo: Cortez, 2007.

LIMA, R. Turismo de Base Comunitária como Inovação Social. Rio de Janeiro. Tese de Doutorado em Engenharia de Produção – Programa de Engenharia de Produção, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011. Federal do Rio de Janeiro, 2011, p. 12-78.

MARANDOLA JR., E.; OLIVEIRA D'ANTONA, A. Vulnerabilidade: problematizando e operacionalizando o conceito. In: Segurança humana no contexto dos desastres. (Org.) CARMO, R. do; VALENCIO, N. – São Carlos: RiMa Editora, 2014, p. 45-61.

MARTINS, R.; FERREIRA, L. Oportunidades e Barreiras para Políticas Locais e Subnacionais de Enfrentamento das Mudanças Climáticas em Áreas Urbanas: evidências de diferentes contextos. Ambiente & Sociedade, v. 8, n. 2, 2010, p. 223-242.

MORENO, A. Climate Change and Tourism Impacts and Vulnerability in Coastal Europe. Tese de Doutorado. Maastricht University. Universitaire PERS, 2010. Disponível em: <<http://arno.unimaas.nl/show.cgi?fid=20143>>. Acesso em: 17 jul. 2014.

OBEMAIER, M.; ROSA, L. P. Mudança climática e adaptação no Brasil: uma análise crítica. Estudos Avançados. v. 27 n. 78, São Paulo, 2012.

RIBOT, J. Vulnerability before adaptation: toward transformative climate action. Global Environmental Change, v. 21, 2011, p. 1160-1162.

SAMPAIO, C. A. C.; LESAMA, M. F., ARAÚJO, J. R. Possibilidades para pensar um arranjo socioprodutivo e político de base comunitária, solidária e ecologicamente sustentável no litoral paranaense. In: PHILIPPHI JR. A.; SAMPAIO, C. A. C.; FERNANDES, V. Gestão de Natureza Pública e Sustentabilidade. Barueri (SP): Manole, 2012, p. 456-497.

SAMPAIO, C. A. C. et al. Slow city: como proposta de desenvolvimento territorial sustentável. II Seminário Internacional Culturas e Desenvolvimento, Chapecó, 2014. Anais..., Chapecó, 2014.

SCOTT, D.; LEMIEUXA, C. Weather and Climate Information for Tourism. World Meteorological Organization United Nations World Tourism Organization. University of Waterloo, Canada. Elsevier. 1, 2009, 59p.

SIMPSON, M. C. et al. Climate Change Adaptation and Mitigation in the Tourism Sector: Frameworks, Tools and Practices. UNEP, University of Oxford, UNWTO, WMO: Paris, France, 2008, 158p.

VIVEKANANDA, G. Gestora do Parque Nacional do Superagui. Entrevista concedida em agosto de 2014.